

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina – IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de março/2015, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório de Investimentos de março/2015, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência março/2015, descontas as despesas administrativas, comentar sobre os repasses em atraso da Prefeitura Municipal e o possível pagamento da competência fevereiro/2015 (cujo vencimento se deu em 11 de março de 2015) nestes próximos dias, avaliar credenciamento das instituições financeiras, comentar sobre reunião agendada com a empresa ARAS – Serviços Especializados Ltda.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Ivaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Iniciando a reunião foi relatado que o mês de março foi marcado pela intensificação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros negociados no mercado brasileiro. No centro das atenções, destaque para a tensão nas relações entre o Congresso e o Executivo. O PMDB entrou em rota de colisão com o Planalto, depois que os nomes de Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, e Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, figuraram na lista do petrolão elaborada pela Procuradoria Geral da República entre os políticos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras. Renan chegou a devolver uma medida provisória ao Planalto e disse que colocaria o veto ao Imposto de Renda em votação, para ser derrubado pelo Legislativo. Depois, costurou com o Planalto um acordo para manter o veto em troca da edição da medida provisória que concedeu reajuste escalonado para a tabela do imposto. Desgastado, o Executivo tratou de reforçar a articulação política. A presidente Dilma prometeu convidar membros de sua equipe de outros partidos, como Gilberto Kassab (Cidades), do PSD, Aldo Rebelo (Ciência, Tecnologia e Inovação), do PCdoB, e Eliseu Padilha (Secretaria de Aviação Civil), do PMDB, para as reuniões de coordenação política. Atualmente as reuniões são feitas apenas com ministros petistas. Ainda assim, a derrota da presidente Dilma Rousseff na votação sobre dívida de estados e municípios, na Câmara dos Deputados, renovou as preocupações com a tensão política entre o PMDB e o Planalto. Apesar de todas as tensões e dificuldades enfrentadas pelo governo, o rating do Brasil foi mantido em BBB- (com perspectiva estável) pela agência classificadora de riscos internacional Standard & Poor's. Em nota, a agência afirmou que “a manutenção da nota brasileira reflete a expectativa de que o ajuste fiscal em curso terá apoio da presidente Dilma Rousseff e do Congresso Nacional, apesar do cenário político e econômico desafiador”. Por outro lado, a agência

de riscos Moody's publicou relatório que deixa a sensação de que o País poderá não escapar de um rebaixamento da sua nota no curto prazo. Segundo a Moody's, a deterioração das condições econômicas e o crescente descontentamento social aumentam a incerteza sobre as perspectivas para o Brasil no curto prazo, "adicionando potencialmente pressão sobre a confiança de empresários e consumidores", os quais já estão em níveis recordes de baixa. Além dos protestos que levaram mais de 1 milhão de brasileiros às ruas no dia 15, a Moody's destacou o resultado das pesquisas que mostram a queda forte da aprovação do governo Dilma Rousseff. Entre fortes altas e quedas abruptas durante a maior parte do mês, no final o Ibovespa operou perto da estabilidade e fechou março em queda de 0,84%, aos 51.150 pontos, e só não perdeu para o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX), que recuou 1,63% no mês. No ano, o principal benchmark da bolsa brasileira acumulou valorização de 2,29%. Pode-se dizer que os eventos mais observados e que mais tiveram efeito na Bolsa nestes primeiros três meses do ano foram as reuniões do Fomc (Federal Open Market Committee). Dados acima do esperado no número de empregos dos EUA acabaram causando efeito negativo nos nossos mercados, já que criou a expectativa de que o aumento do juro norte americano viesse antes do esperado. Passada a última reunião, realizada em março, o comunicado do comitê acabou por retirar a expressão "paciente" ao se referir ao primeiro aperto monetário dos EUA desde 2006. Em tese, a notícia faria as bolsas caírem e o dólar e as Treasuries (juro americano) subirem, já que indicaria uma elevação dos juros mais cedo, retirando o apetite de risco do mercado. O comitê retirou a palavra e ocorreu justamente o contrário. O motivo é que, além da mudança do comunicado, o comitê ainda mostrou que prevê que os juros subam até o ponto médio de 0,625%, ante expectativa de 1,13%. Para 2016, a mediana das projeções também foi reduzida de 2,38% para 1,88%. Isto indica que os juros serão elevados de maneira mais suave do que antes era previsto. A mudança animou os investidores que foram às compras. A entrada de recursos estrangeiros na bolsa seguiu forte, com investidores se aproveitando da depreciação cambial recente, que deixou os ativos brasileiros mais atrativos em dólares. E foi exatamente a retomada do fluxo positivo que segurou o mercado de ações no mês. No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, mais um mês de altos e baixos. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real. A decisão do Copom em elevar a taxa Selic para 12,75% ao ano não pesou nos negócios, pois já vinha sendo precificada pelo mercado. Apesar de ter deixado a taxa básica de juros no Brasil no maior patamar desde 2009, não parece ser o fim do ciclo de aperto monetário iniciado em outubro. O comunicado pós reunião mostra que a autoridade monetária segue aberta para novos aumentos na Selic. A divulgação do IPCA-15 de março, que desacelerou para 1,24% ante 1,33% de fevereiro, trouxe alívio para o mercado de juros nos vértices mais curtos. Ao término da última sessão regular de março na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 13,50%, ante 13,03% do fechamento de março. O DI para janeiro de 2017 apontava 13,38, de 12,78% no ajuste de março, e o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 12,94%, ante 12,23% no fechamento de março. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio de 2015 (Tesouro IPCA + 2025 - NTN-B Principal), que registrou alta de 1,35% no mês. Por outro lado, a NTN-

B com vencimento em maio de 2035 (Tesouro IPCA + 2035 - NTN Principal) teve o pior desempenho entre os investimentos de renda fixa: registrou queda de 3,10% no período. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica de juros se encontra em patamar elevado. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo de -0,28%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,03%, o IMAB 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, recuou -1,02% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,93%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou perda de -0,56%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,05% no mês. Câmbio O dólar registrou a maior rentabilidade do balanço de investimentos de março e superou os demais ativos, ao registrar alta de 11,70%. O único ativo que se aproximou do desempenho do dólar foi o ouro, que registrou alta de 10,79% no mesmo período. A alta conjugada destes ativos retratam a busca de investidores por mais segurança diante das incertezas do cenário econômico global. Até o início de março, o dólar não tinha superado a barreira dos R\$ 3,00 em 2015, mesmo com praticamente todos os especialistas indicando que a moeda iria acima deste patamar neste ano, provavelmente ainda no primeiro semestre. Após encerrar 2014 a R\$ 2,6587 na venda, a divisa já disparou 20% em três meses, registrando no primeiro trimestre seu melhor desempenho ante o real desde 2011. A moeda americana sobe impulsionada pela piora na confiança na economia brasileira e também pelo cenário externo. O dólar se fortalece diante de outras moedas por conta da fragilidade econômica da Europa e do Japão, que estão injetando bilhões em suas economias. A melhora da economia americana, que segue crescendo, apesar das dificuldades, impulsiona ainda mais o dólar também no Brasil. Além do cenário internacional, a valorização do dólar ante o real também é pressionada pela instabilidade da política brasileira, em meio os protestos contra o governo, que não tem maioria no Congresso Nacional e enfrenta dificuldades para aprovar o ajuste fiscal necessário para melhorar a atividade econômica. Também fez preço a notícia de que o Bacen decretou o fim da oferta diária de swaps cambiais que está em vigor desde agosto de 2013. Em comunicado, a autoridade monetária aponta que tal decisão leva em consideração que o programa forneceu volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos. A nota aponta que os contratos que vencem a partir de maio serão renovados integralmente, levando em consideração a demanda pelo instrumento e as condições de mercado. Perspectiva Os mercados devem permanecer sensíveis aos desdobramentos das tensões políticas entre o Congresso e o Governo Central. No comando da articulação política com o Congresso, o chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, encontra resistência dentro do próprio partido para continuar à frente das relações. Ainda que enfraquecido com a presença de outros ministros nas reuniões de coordenação política, seu nome não é bem recebido junto aos partidos da base aliada. A ponto do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ter que se dirigir pessoalmente ao Senado Federal para defender o pacote econômico e negociar uma trégua. No radar dos investidores, as atenções estarão voltadas para os depoimentos marcados pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Petrobrás. Estão previstos os depoimentos de diversos empresários representantes das empresas denunciadas e envolvidas na operação Lava Jato. Dentre eles, o mais aguardado é o depoimento do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. A inflação segue pressionada. O IPCA de março deve rondar a casa de 1,5%, fazendo com que o índice acumulado no ano chegue próximo a 4,0%. Os reajustes de uma série de preços administrados, como

combustível, tarifas de transporte urbano e, principalmente, preços de energia, tem afetado em cheio o grupo “habitação” nos últimos meses. A partir de abril, o impacto tende a se dissipar, mas alguns efeitos secundários devem aparecer em outros preços dentro do grupo. O número de abril deve cair pela metade, mas ainda assim deve ficar acima da média padrão para o quarto mês do ano. A próxima reunião do Copom, marcada para 28 e 29 de abril, mostrará o posicionamento de seus membros em relação ao ajuste necessário. Hoje, as apostas estão direcionadas para aumento entre 0,25 e 0,50 ponto percentual, o que levaria a taxa Selic para ao menos 13,00% ao ano. Neste contexto, a recomendação para a renda fixa, neste momento, é de manter uma carteira posicionada nos vértices mais longos em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI, IRF-M 1 ou IMA-B 5. Na renda variável, é bom manter uma exposição reduzida e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Portanto, o momento ainda é delicado, incerto o rumo da economia e a palavra de ordem é cautela nos investimentos. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de março/2015** aos presentes. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de março/2015, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Em seguida, analisando o que mostra o cenário econômico e para que haja equilíbrio financeiro e atuarial faz-se necessário casar, pelo menos, parte da carteira em ativos que guardem relação com o passivo. Como o passivo do IPRESA é corrigido pela variação do IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% ao ano, pelo menos uma parte destes ativos devem estar correlacionados com este passivo. Diante disso houve unanimidade entre os membros em aplicar os recursos novos em um fundo IMA-B 5, aumentando assim a exposição a fundos que apliquem em ativos de longo prazo e que busque alcançar rentabilidade atrelada a inflação. Tendo sido solicitada uma análise da questão à Empresa Crédito e Mercado, confirmando o fundo IMA-B 5 para o atual momento de volatilidade em função da conjuntura econômica do país e realizada uma pesquisa do referido fundo entre os bancos credenciados neste Instituto foi verificado que a Caixa e o Banco Santander possuem o mesmo. Na análise feita, conforme mostram os relatórios constantes do credenciamento de cada banco, prospecto, lâminas e regulamento, o Fundo SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA, é o fundo com melhor desempenho com base em 12 meses – 12,82% e no ano de 2015 – 3,26%, contra em 12 meses – 12,69% e no ano de 2015 – 3,16 do fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP. A ação visa proteger a carteira das fortes oscilações do mercado financeiro, bem como diversificar os fundos atrelados ao IMA-B de curto, médio e longo prazos, e no caso aplicar em fundo que apresenta baixa volatilidade e com correção de variação pelo IPCA. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência março/2015, cujo vencimento se dará em 13/04/2015, e a competência fevereiro/2014, em atraso, cujo vencimento se deu em 11/03/2015, descontadas as despesas administrativas, cuja data de vencimento foi de 11 de fevereiro de 2015, caso sejam pagas nos próximos dias, observe-se ainda que o direcionamento deste recurso de recolhimento previdenciário já foi objeto de análise na ata do dia 10 de março de 2015, cuja opção de aplicação também foi a mesma decidida hoje, ou seja os recursos deverão ser aplicados no fundo SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC**

RENDA FIXA. Seguindo, foi apresentado pelo Comitê ao Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal os documentos de Credenciamento de Entidades das seguintes entidades: **BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Banco Santander (Brasil) S.A, BRAM – Bradesco Asset Management S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Caixa Econômica Federal, Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA e Banco Bradesco S.A.** Compulsando a documentação apresentada foi ratificado pelo Comitê de Investimentos o credenciamento das entidades acima citadas, apurado no Sistema da empresa Crédito e Mercado, onde foram credenciadas na data de 14 de abril de 2015 as entidades: **BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Banco Santander (Brasil) S.A, BRAM – Bradesco Asset Management S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA e Banco Bradesco S.A e Caixa Econômica Federal.** Tendo os documentos passado pela análise do Comitê de Investimentos, da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal foi concluído que os requisitos solicitados no **Procedimento para credenciamento de Entidades Financeiras** para credenciamento foram cumpridos e o ato de credenciamento foi validado pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Finalmente foi comentado sobre a **reunião agendada com a empresa ARAS – Serviços Especializados Ltda, para o dia 14 de abril de 2014, cujo objetivo é prestar assistência ao Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, visando a adoção de providências, diante dos apontamentos, constantes do Processo nº 826-2013 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, tal medida se dará em função da necessidade de analisar com propriedade cada apontamento por profissional técnico, uma vez que o Instituto de Previdência não possui assessoria jurídica permanente. Entendo ser a medida necessária, a mesma foi aprovada, tendo a Diretoria Executiva obtido autorização para prosseguir. Em seguida, o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal. Continuando ficou definido que a próxima reunião do **Comitê se dará em 13 de maio de 2015, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 10 de abril de 2015.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Célia Maria Bassi: _____